



2 - DO PRAZO DE RECURSO

Serão admitidos recursos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital, exclusivamente, por meio do Protocolo Administrativo Virtual - PAV, disponível em <https://pav.tjmt.jus.br/geracao-protocolo>, devendo selecionar o protocolo destino "Comarcas > Nova Ubiratã".

2.1 Após a análise dos recursos interpostos será publicado Edital com a classificação definitiva dos candidatos.

Publique-se.

Nova Ubiratã/MT, 02 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)

Glauber Lingiardi Strachicini
Juiz de Direito Diretor do Foro

Comarca de Porto Alegre do Norte

Diretoria do Fórum

Portaria

*** A PORTARIA N. 29/2021-CPAN DE 05 DE AGOSTO DE 2021 em sua integralidade, que altera a Portaria n. 27/2021-CPAN, a qual escala os servidores e magistrados para atuarem em plantão no mês de AGOSTO na Comarca de Porto Alegre do Norte, encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.**

Clique aqui

Caderno de Anexo

Comarca de Porto Esperidião

Diretoria do Fórum

Edital

A Excelentíssima Senhora Dra. HENRIQUETA FERNANDA C. A. F. LIMA, Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Provimento n. 61/2020/CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico – MT n. 10.878, de 15/12/2020, TORNA PÚBLICO, para ciência dos interessados, a abertura de processo seletivo com a finalidade de credenciar Pessoas Físicas na área de Psicologia, cujo procedimento obedecerá às regras estabelecidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Constitui objeto do presente certame o credenciamento de profissionais para atuarem nas áreas de Psicologia, na Comarca de Porto Esperidião, na forma de cadastro de reserva e/ou em conformidade com o quadro do Anexo V.

1.2. O processo seletivo será regido por este edital e seus anexos, sob a coordenação, operacionalização e acompanhamento da Comissão de Apoio ao Processo Seletivo, instituída por meio da Portaria nº 33/2021/CA, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

o Jorge Luis Carreiro – Gestor Geral;

o Rafael Soares da Silva Araujo - Gestor Administrativo III;

o José João Fornanciar Neto - Técnico Judiciário;

2. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

2.1. O Processo Seletivo será composto pelas seguintes fases:

a) divulgação do edital;

b) inscrição dos interessados, com a inserção dos documentos nos termos dos subitens 5.1 e 5.2;

c) análise da documentação e do currículo;

d) divulgação dos interessados habilitados.

3. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. A inscrição deverá ser realizada, no período de 09/08/2021 a 22/08/2021, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: portoesperidiao@tjmt.jus.br, incluindo-se sábados, domingos e feriados, nos termos do artigo 4º do Provimento n. 61/2020/CM, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.

3.1.1. Não serão aceitas outras formas de inscrições.

3.1.2. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.1.3. Será admitida somente uma inscrição por candidato.

3.1.4. Será analisado pela Comissão somente o primeiro requerimento de inscrição apresentado, não sendo consideradas outras inscrições ou documentos apresentados posteriormente.

3.2. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Apoio ao Processo Seletivo para credenciamento de profissionais, o direito de excluí-lo do processo seletivo por preenchimento incorreto (RG, CPF, data de nascimento), bem como em virtude da ausência de veracidade dos dados informados, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal.

3.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais, comunicados, convocações e/ou qualquer divulgação referente a este processo seletivo, no Diário de Justiça Eletrônico-MT.

4. DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

4.1. São requisitos para o credenciamento de profissionais na área de Psicologia, de que trata o Provimento n. 61/2020/CM:

I - Ter sido selecionado no Processo Seletivo;

II - Ser maior de vinte e um (21) anos;

III - Não possuir antecedentes criminais;

IV - Não exercer cargo público inacumulável;

V - Não ter credenciamento anterior com o Poder Judiciário Estadual, ou estar descredenciado há, no mínimo, 01 (um) ano.

VI - Ser bacharel em psicologia, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação e com Registro no Conselho Regional na respectiva área profissional, devendo apresentar certificado de curso específico/formação/especialização caso a vaga exija;

4.1.2. Dos requisitos específicos para o credenciamento

I - Ser bacharel em Psicologia, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação e com registro no Conselho Regional da respectiva área profissional;

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1. O requerimento de inscrição (Anexo I), a ser protocolado virtualmente, conforme disposto no item 3 deste edital, deverá estar instruído com as seguintes peças:

a) ficha cadastral - Anexo II;

b) declaração de que tem pleno conhecimento e concorda com as regras estabelecidas neste Edital, sob as penas da lei - Anexo III;

c) declaração de relação de parentesco - Anexo IV;

d) documentação indicada no subitem 5.2.

5.2. Com o requerimento, o interessado deverá anexar o currículo e a documentação relacionada a seguir, em formato PDF, em alta resolução e em versão colorida, juntamente com o requerimento de inscrição (subitem 5.1), por meio do sistema hábil a receber as inscrições,

I - cópia da Carteira de Identidade;

II - cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III - cópia da Carteira nacional de habilitação - CNH válida, categoria B ou superior;

IV - certidões negativas criminais expedidas pela Justiça Estadual de 1º Grau e Justiça Federal da 1ª Região;

V - cópia do diploma de curso superior nas áreas de Psicologia.

VI - cópia dos títulos e documentos que venham a ser apresentados para cumprimento do que dispõe no subitem 4.1 deste edital;

VII - certidão negativa expedida pelo Conselho Regional correspondente à profissão do candidato;

VIII - atestado de sanidade física e mental;

IX - duas fotografia 3x4 recente digitalizada;

X - declaração acerca de existência de outras ocupações (empregos, cargos públicos, etc) e carga horária do respectivo vínculo;

5.2.1 - O Presidente da comissão do processo seletivo poderá determinar ao candidato a apresentação dos documentos originais à comissão para conferência.

6. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1. O processo de seleção dos candidatos inscritos será realizado por meio de análise de currículo, efetuada pela Diretoria do Fórum da Comarca de Porto Esperidião, sendo a nota composta da seguinte forma:

6.1.1. Ao tempo de serviço público e experiência profissional, na área específica de credenciamento após a graduação, os pontos atribuídos serão contados da seguinte forma:

a) O tempo de serviço público tem o valor de 1 (um) ponto a cada ano de exercício, não podendo exceder o total de 2 (dois) pontos.

b) O tempo de experiência profissional tem o valor de 0,5 (meio) ponto a cada ano de exercício, não podendo exceder o total de 3 (três) pontos.

6.1.1.2. O tempo de serviço público excedente, não utilizado no subitem 6.1.1, letra "a", poderá ser aproveitado sob as regras do subitem 6.1.1, letra "b".

6.1.1.3. A pontuação a título de serviço público e experiência profissional não poderão exceder aos 5 (cinco) pontos previstos.

6.1.2. À formação acadêmica serão atribuídos 5 (cinco) pontos, excluído o título de graduação requerido para o credenciamento, contados da seguinte forma:

a) ao título de doutorado, reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento, são atribuídos 3 (três) pontos;

b) ao título de doutorado, reconhecido ou revalidado, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 2 (dois) pontos;

c) ao título de mestrado, reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento, é atribuído 1 (um) ponto;

d) ao título de mestrado, reconhecido ou revalidado, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 0,75 (setenta e cinco centésimos) de ponto;

e) ao título de especialização, na forma da legislação educacional em vigor, na área específica de credenciamento, é atribuído 0,5 (meio) ponto;

f) ao título de especialização, na forma da legislação educacional em vigor, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto;

g) à participação em congressos, seminários e cursos de extensão, na área específica de credenciamento, é atribuído 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto, uma única vez.

6.1.3. A pontuação a título de formação acadêmica não pode exceder aos 5 (cinco) pontos previstos.



6.1.4. É ônus do candidato a produção de prova documental idônea de cada título, não se admitindo a concessão de dilação de prazo para esse fim, devendo o profissional, no momento oportuno, anexar certificados, certidões e ou declarações devidamente assinadas pelas entidades ou órgãos a que esteve vinculado ou que cumpriu o curso de extensão, graduação, entre outros.

6.1.5. Somente serão apreciados os títulos entregues no prazo e forma estabelecidos neste edital.

6.2. Na aferição da pontuação dos candidatos, que não poderá ultrapassar o total de 10 (dez) pontos, consoante subitem 6.1.1., letras "a" e "b", e 6.1.3, na ocorrência de empate na pontuação dos candidatos, será priorizado aquele que tiver:

- maior idade, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003;
- maior tempo de exercício na função de jurado, conforme dispõe o art. 440, do Decreto-Lei n. 3.689/41 - Código de Processo Penal;
- maior nota referente ao tempo de experiência profissional, conforme dispõe o subitem 6.1.1 deste Edital;
- maior nota referente à formação acadêmica, conforme dispõe o subitem 6.1.2 deste Edital.

6.3. Os Interessados deverão ter pleno conhecimento dos termos deste edital, das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do seu adimplemento, não sendo aceitas reivindicações posteriores nesse sentido.

6.4. Serão considerados habilitados ao credenciamento os candidatos que atenderem as exigências deste edital e do Provimento n. 61/2020/CM.

7. DO RECURSO

7.1. Serão admitidos recursos, no prazo de 02 (dois) dias, contados da publicação do resultado final do processo seletivo no Diário da Justiça Eletrônico - MT.

7.2. Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser interpostos somente por meio do endereço eletrônico: portoesperidiao@tjmt.jus.br, conforme prazo estabelecido no subitem 7.1.

7.3. Os recursos serão analisados e decididos pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os habilitados serão credenciados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, nos termos do Provimento n. 61/2020/CM.

8.2. O prazo de validade do Processo Seletivo de que trata este edital será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, que se dará automaticamente, contado o prazo da data da publicação da decisão de sua homologação.

9. DOS DEVERES DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS

9.1. São deveres dos profissionais credenciados

- Assegurar aos servidores e seus dependentes igualdade de tratamento;
- Não atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição;
- Manter rígido controle dos processos em seu poder, zelando pelo sigilo profissional, em especial nos feitos que tramitam sob sigilo de justiça;
- Cumprir rigorosamente as normas estabelecidas na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça - CNGC e as determinações judiciais;
- Cumprir com pontualidade as atividades e não se ausentar injustificadamente antes de seu término, nem deixar de atender as emergências;
- Tratar com urbanidade respeito os magistrados, partes, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados, Testemunhas, Servidores e Auxiliares da Justiça;
- Manter conduta irrepreensível na vida pública e particular;
- Utilizar trajés compatíveis com o decoro judiciário;
- Participar de treinamento e aperfeiçoamento de conhecimentos e técnicas de atendimento eficientes às partes, promovidos pelo Poder Judiciário do estado de Mato Grosso, Conselho Nacional de Justiça e/ou outro curso/treinamento indicado pelo Juiz Diretor do Foro, do Juizado Especial ou Juiz Titular da Vara Judicial;
- Observar o cumprimento das normas previstas no Código de Ética Profissional de cada área de atuação.

10. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS

10.1. São atribuições do profissional de psicologia:

A - No Juizado Criminal:

- Avaliar as condições intelectuais e emocionais das partes envolvidas em procedimentos judiciais, quando determinado;
- Atuar em processos judiciais elaborando laudos pareceres psicológicos, quando designado;
- Participar, quando determinado, de audiência para esclarecer aspectos técnicos em Psicologia;
- Auxiliar na avaliação e acompanhamento psicológico às partes e seus familiares;
- Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas às partes e seus familiares;
- Realizar visitas domiciliares e/ou institucionais quando necessário;
- Encaminhar e orientar as partes e seus familiares aos serviços de saúde mental oferecidos pelos governos municipal, estadual e/ou federal, e acompanhar o tratamento até o término da medida socioeducativa;
- Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

IX - Atuar em pesquisas e programas de prevenção a violência e dependência química;

X - Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às partes envolvidas nos autos;

XI - Desenvolver estudos e pesquisas na área, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica;

XII - Planejar, executar e avaliar projetos que possam contribuir para a operacionalização de atividades inerentes às atividades da profissão de psicólogo;

XIII - Realizar pesquisa visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo de direito;

XIV - Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

XV - Trabalhar em equipe multidisciplinar;

XVI - Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

B - Nas Varas Judiciais Cíveis e Criminais:

I - Avaliar as condições intelectuais e emocionais das partes envolvidas em procedimentos judiciais, quando determinado;

II - Elaborar laudo de avaliação psicológica relativo às partes envolvidas nos processos das Varas de Família e Crime e da Diretoria Administrativa, determinados pelos juizes e Diretor do Fórum, a fim de fornecer subsídio ao Juiz;

III - Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas às partes, recomendando a inclusão nos programas oficiais de tratamento psicológico oferecidos pelos governos municipal, estadual e/ou federal, e acompanhando o tratamento até a sua alta;

IV - Realizar acompanhamento psicológico às partes, quando solicitados pelos juizes;

V - Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

VI - Aplicar testes e exames psicológicos, quando necessário;

VII - Realizar visitas domiciliares às partes, bem como nas instituições, escolas, vizinhanças, entre outros;

VIII - Prestar informações em audiências, quando intimado;

IX - Sugerir à autoridade judicial que encaminhe expediente às autoridades do Executivo e do Legislativo, solicitando as providências necessárias para o bom andamento das atividades da referida vara, baseados nos estudos social e psicológico;

X - Realizar perícias psicológicas, quando determinadas;

XI - Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

XII - Prestar atendimento e orientação voltados às Varas Judiciais;

XIII - Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

C - Nas Varas Especializadas da Infância e Juventude

I - Elaborar laudo de avaliação psicológica relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência contra a criança e o adolescente, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz e às partes;

II - Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas ao ofendido, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e aos adolescentes;

III - Recomendar o encaminhamento e a inclusão das vítimas e dos agressores nos programas oficiais de tratamento psicológico oferecidos pelos governos municipal, estadual e/ou federal e acompanhar o tratamento até sua alta;

IV - Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

V - Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência;

VI - Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às vítimas de violência;

VII - Elaborar estudos psicológicos das situações que digam respeito às crianças, aos adolescentes e às famílias, submetidos à competência das Varas Judiciais ou Juizados da Infância e da Juventude;

VIII - Realizar outras atividades correlatas à sua especialidade, por determinação de autoridade judiciária, inclusive em processos relacionados com o Direito de Família e Criminais, quando necessário;

IX - Aplicar testes e exames psicológicos, quando necessários;

X - Realizar visitas domiciliares para conhecer os aspectos psicológicos concernentes à dinâmica familiar da criança e do adolescente;

XI - Prestar informações em audiência, quando intimado;

XII - Sugerir à autoridade judicial que encaminhe expediente às autoridades do Executivo e do Legislativo solicitando as providências necessárias para o bom andamento das atividades da referida vara, baseados nos estudos social e psicológico;

XIII - Colaborar na implantação dos projetos afetos à infância e adolescência;

XIV - Realizar entrevistas para avaliar candidatos à adoção, procedendo ao cadastro das pessoas aptas a adotar;

XV - Acompanhar os casos de colocação em lares substitutos;

XVI - Orientar os adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas;

XVII - Realizar, em casos específicos, testes psicológicos e/ou avaliação terapêutica;

XVIII - Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades



propostas;
XIX - Desenvolver atividades de pesquisa, estudos, planejamento e execução de projetos relacionados com a área de psicologia;
XX - Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.
D - Nas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher:
I - Elaborar parecer de avaliação psicológica relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;
II - Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas à ofendida, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e adolescentes;
III - Sugerir o encaminhamento e, se necessário, como medida de urgência, encaminhar a inclusão das vítimas e dos agressores nos programas oficiais de tratamento psicológico oferecidos pelos governos municipal, estadual ou federal e acompanhar o encaminhamento;
IV - Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;
V - Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência, e aos filhos, se necessário;
VI - Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às vítimas de violência;
VII - Realizar visitas domiciliares às partes envolvidas, seus familiares e vizinhos; e/ou institucionais (centros de ressocialização, penitenciária, centro de recuperação, casa de amparo/retaguarda), sempre que necessário;
VIII - Prestar informações em audiência, quando intimado;
IX - Sugerir à autoridade judicial que encaminhe expediente às autoridades do Executivo e do Legislativo, solicitando as providências necessárias para o bom andamento das atividades da referida vara, baseados nos estudos social e psicológico;
X - Realizar perícias psicológicas, quando determinadas pelo Juiz;
XI - Prestar atendimento e orientação voltados às Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;
XII - Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;
XIII - Participar de projetos e programas que visem à divulgação das ações preventivas da Lei n. 11.340/2006, "Maria da Penha";
XIV - Analisar, identificar, quantificar e qualificar, sempre que possível, os índices e motivos determinantes que levam à reincidência;
XV - Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.
E - Na Central de Penas e Medidas Alternativas – CEPA:
I - Avaliar as condições intelectuais e emocionais de partes envolvidas em procedimentos judiciais, quando determinado;
II - Atuar em processos judiciais elaborando laudos e pareceres psicológicos, quando designado;
III - Prestar informações em audiência, quando intimado;
IV - Auxiliar na avaliação e acompanhamento psicológico das partes e seus familiares;
V - Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas às partes e seus familiares;
VI - Encaminhar as partes e seus familiares aos serviços de saúde mental oferecidos pelos governos municipal, estadual e/ou federal e acompanhar o tratamento até o término da medida socioeducativa;
VII - Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe;
VIII - Realizar visitas domiciliares às partes e/ou institucionais, entre outros;
IX - Atuar em pesquisas e programas de prevenção à violência e dependência química;
X - Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às partes envolvidas;
XI - Desenvolver estudos e pesquisas na área, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica;
XII - Planejar, executar e avaliar projetos que possam contribuir para a operacionalização de atividades inerentes à Psicologia;
XIII - Realizar pesquisas visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do Direito;
XIV - Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;
XV - Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.
11. DO PAGAMENTO
11.1. O profissional credenciado será remunerado por abono variável, de cunho puramente indenizatório, por suas atuações em favor do Estado, sem prejuízo das demais atividades próprias do exercício da função (averiguações in loco, visitas domiciliares, atendimento ao público, informações verbais em audiência, entre outros), observando-se o teto equivalente a 80% (oitenta por cento) do subsídio do cargo efetivo de Analista Judiciário, previsto na Tabela A, Nível 1.
11.2. A prestação dos serviços será aferida através da atividade desempenhada, a qual será remunerada em conformidade com o grau de complexidade e apresentada em forma unitária (informativo, parecer, estudo, laudo, relatório, etc); será indenizada na forma do item 11.1 até o limite ali estabelecido.

11.3. A retribuição pecuniária envolvendo a participação do profissional em cursos, treinamentos e palestras se dará apenas quando forem organizados pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, Conselho Nacional de Justiça, ou quando indicado pelo Juiz Diretor do Foro, do Juizado Especial e Juiz Titular da Vara Judicial.

11.4. A quantificação em valores, acerca do produto oferecido pelo profissional credenciado ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, será calculada na forma do ANEXO I, constante do Provimento n. 61/2020-CM, disponibilizado do Diário da Justiça Eletrônico - MT n. 10.878 em 15.12.2020 e publicado em 16.12.2020, até o limite estabelecido no item 11.1 deste edital.

11.5. O profissional que se recusar a prestar qualquer serviço indispensável ao regular andamento do processo ou das demais atividades forenses, ou negligenciar nesse sentido, estará sujeito ao descredenciamento.

11.6. Somente serão remunerados os atos praticados após o credenciamento dos profissionais.

11.7. Os atos remunerados serão apenas os praticados durante o mês, não se permitindo a cumulação, quando se tenha ultrapassado o teto máximo. Havendo necessidade devidamente justificada pelo Juiz Diretor do Foro, do Juizado Especial ou da Vara Judicial, de atuação em processos que demandem grau de urgência devidamente enquadrado nas hipóteses elencadas por este edital e pelo Conselho Nacional de Justiça (Réu Preso, criança e adolescente, idoso, etc.) poderá o profissional ser indenizado em mês subsequente, caso seu teto indenizatório naquele respectivo período já tenha sido atingido.

11.8. Até o último dia útil do mês trabalhado, deverá o profissional inserir junto ao Sistema de Informação correspondente – hoje o Sistema GPSEM – os produtos (informativo, parecer, estudo, laudo, relatório, etc.) realizados para a devida certificação pelo Gestor e pelo Juiz Diretor do Foro e; até o quinto dia útil do mês subsequente, a nota fiscal, a Guia de Imposto Sobre Serviços devidamente recolhida, sob pena de descredenciamento, em caso de intempestividade ou inconsistência, na forma do art. 14, IV do Provimento n. 61/2020-CM.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os profissionais que serão credenciados estarão sujeitos às normativas especificadas pelo Provimento n. 61/2020-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico – MT n. 10.878, de 15/12/2020.

12.2. Os credenciados ficam sujeitos à responsabilização civil e penal pelos atos que, nessa condição, praticarem.

12.3. Os profissionais credenciados são profissionais autônomos, e seu credenciamento não gera nenhum direito imediato ou futuro de contratação, tão somente o habilita a atender a atividade profissional de prestação de serviços, sem vínculo empregatício, cujos pagamentos deverão ser feitos mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal nos termos do § 4º do artigo 20 desse Provimento.

12.3. Os documentos entregues no momento da inscrição não serão devolvidos.

12.4. Este Edital poderá ser impugnado no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico - MT, devendo a impugnação ser encaminhada por meio do Protocolo Administrativo Virtual – PAV, nos termos da Portaria n. 425/2020/PRES, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico – MT n. 10.773, de 13/07/2020.

12.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo

12.6. Fazem parte deste Edital: Anexo I – Requerimento de Inscrição; Anexo II – Ficha de Inscrição; Anexo III - Declaração de que tem pleno conhecimento e concorda com as regras estabelecidas neste Edital e no Provimento n. 61/2020-CM; Anexo IV - Declaração de Parentesco; Anexo V – Quadro de Vagas.

12.7. E para que chegue ao conhecimento de todos, é que foi expedido o presente edital.

Porto Esperidião/MT, 04 de agosto de 2021.

Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima

Juíza de Direito e Diretora do Foro

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO E DIRETORA DO FORO DA COMARCA DE PORTO ESPERIDIÃO.

(nome do interessado), nacionalidade, portador do CPF n. _____ e RG n. _____, residente e domiciliado

vem requerer a sua inscrição para o processo seletivo destinado ao credenciamento de

_____ (indicar a especialidade do serviço constante no anexo V), juntado, para tanto, os documentos exigidos nos itens 5.1 e 5.2 do edital de abertura – Edital n. 05/2021/CA.

Declaro, outrossim, e sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

_____, de _____ de 20 ____.

(Assinatura)

ANEXO II

FICHA CADASTRAL

Observação: A ficha cadastral deverá estar com preenchimento completo e acompanhar o Requerimento de Inscrição.



DADOS PESSOAIS:

NOME:
TELEFONE:
E-MAIL:
SEXO: () MASCULINO () FEMININO
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ IDADE: ___
PAÍS DE NASCIMENTO:
ESTADO NASCIMENTO:
CIDADE NASCIMENTO:
ESTADO CIVIL: () Casado () Divorciado () Sep. Jud. () Solteiro () União Estável () Viúvo
NOME DO CÔNJUGE/COMPANHEIRO:
CPF DO CÔNJUGE /COMPANHEIRO:
NOME DO PAI:
NOME DA MÃE:
ENDEREÇO:
NÚMERO:
BAIRRO:
CIDADE: CEP:
DOCUMENTAÇÃO:
RG: DATA DE EMISSÃO:
ÓRGÃO EMISSOR: ESTADO DO ÓRGÃO:
CPF:
Nº DA CTPS: DATA DE EMISSÃO:
SÉRIE: UF:
PIS/PASEP/NIT: DATA CADASTRO:

ANEXO III

DECLARAÇÃO

(nome do interessado), nacionalidade, portador do CPF n.º _____ e RG n.º _____, declaro que tomei conhecimento do inteiro teor do Edital nº 05/2021/CA e do Provimento n.º 61/2020/CM, relativo ao processo de habilitação destinado ao credenciamento de profissionais na área de Psicologia, para prestação de serviços na Comarca de Porto Esperidião, e que concordo com as regras estabelecidas e que são verdadeiras todas as informações por mim fornecidas.
_____, de _____ de 20____.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

NOME DO(A) CANDIDATO(A):
CPF:
RG:
CÔNJUGE:
PAI:
MÃE:
COMARCA A SER CREDENCIADO(A):
Possui Cônjuge, Companheiro, ou Parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com Magistrados ou Servidores que ocupam cargos de Direção, Chefia ou Assessoramento no Poder Judiciário?() SIM () NÃO
Nome do Parente
Cargo
Relação de Parentesco
Setor
Por ser a expressão fiel da verdade, sob pena de responsabilidade Penal, Civil e Administrativa, em cumprimento a Súmula Vinculante nº 13 do supremo tribunal federal, Resolução nº 07/2005, do conselho nacional de justiça, seus Enunciados Administrativos, firmo a presente declaração.
DATA
ASSINATURA

ANEXO V

QUADRO DE VAGAS

Psicólogos
1 Vaga e Cadastro de Reserva

FORO EXTRAJUDICIAL

Comarca de Alta Floresta

Município de Alta Floresta

Cartório do 2º Ofício

Edital de Proclamas

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11389, ROSÉLIA DE SOUZA CAMPOS MARUO, Oficiala Interina do Registro Civil deste Município e Comarca de ALTA FLORESTA, Estado de MATO GROSSO, faz saber que pretendem casar:

MARCELO MATHIAS MENDES DA SILVA, natural de ALTA FLORESTA, Estado de MATO GROSSO, nascido em 29 de junho de 1999, de profissão vendedor, estado civil solteiro, residente e domiciliado na Avenida Alta Floresta nº 893, Jardim Primavera, Alta Floresta/MT, filho de JUVENILIO TEODORO DA SILVA, falecido (data ignorada) e de MAURICIA FLORIPA MENDES, brasileira, viúva, aposentada, natural do Estado de Mato Grosso, data de nascimento ignorada, residente e domiciliada nesta Cidade de Alta Floresta/MT.

GISELI CRISTINI SILVA DOMINGOS, natural de ALTA FLORESTA, Estado de MATO GROSSO, nascida em 02 de outubro de 2001, de profissão auxiliar de hortifruti, estado civil solteira, residente e domiciliada na Avenida Alta Floresta nº 893, Jardim Primavera, Alta Floresta/MT, filha de VALDIR FERNANDES DOMINGOS, brasileiro, divorciado, calderista, natural do Estado de Minas Gerais, data de nascimento ignorada, residente e domiciliado nesta Cidade de Alta Floresta/MT e de JOSELIA SANTOS SILVA, brasileira, divorciada, doméstica, natural do Distrito Federal, data de nascimento ignorada, residente e domiciliada nesta Cidade de Alta Floresta/MT.

O contraente em virtude do casamento passará a usar o nome de: "MARCELO MATHIAS MENDES DA SILVA DOMINGOS", conforme previsto no § 1º do Artigo nº 1.565 do Código Civil Brasileiro.

A Contraente em virtude do casamento passará a usar o nome de: "GISELI CRISTINI SILVA DOMINGOS".

O regime adotado é o de: "COMUNHÃO PARCIAL DE BENS".

Apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavró o presente para ser afixado em CARTÓRIO no lugar de costume e publicado no DJE Diário da Justiça Eletrônico, site: www.tjmt.jus.br, ALTA FLORESTA/MT, 03/08/2021, Bel. Rosélia de Souza Campos Maruo, Oficiala Interina.

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11390, ROSÉLIA DE SOUZA CAMPOS MARUO, Oficiala Interina do Registro Civil deste Município e Comarca de ALTA FLORESTA, Estado de MATO GROSSO, faz saber que pretendem casar:

RAIMUNDO NONATO BARBOSA DE ASSIS, natural de SÃO JOAQUIM, Estado do MARANHÃO, nascido em 16 de outubro de 1967, de profissão serviços gerais, estado civil viúvo, residente e domiciliado na Chácara Oliveira nº 70, Vila Rural I, Bairro Vila Nova, Alta Floresta/MT, filho de RAIMUNDO MIGUEL DE ASSIS, falecido (data ignorada) e de MARIA BARBOSA DA SILVA, falecida (data ignorada).

MARIA FERREIRA, natural de BARRA DE SÃO FRANCISCO, Estado do ESPÍRITO SANTO, nascida em 02 de janeiro de 1968, de profissão doméstica, estado civil solteira, residente e domiciliada na Chácara Oliveira nº 70, Vila Rural I, Bairro Vila Nova, Alta Floresta/MT, filha de MARIA DOS ANJOS FERREIRA, brasileira, viúva, aposentada, natural do Estado de Minas Gerais, nascida em 20/02/1935, residente e domiciliada nesta Cidade de Alta Floresta/MT.

A Contraente em virtude do casamento permanecerá com o mesmo nome de solteira: "MARIA FERREIRA".

O regime adotado é o de: "SEPARAÇÃO DE BENS, por imposição legal, conforme Inciso I do Artigo nº 1641 do Código Civil Brasileiro".

Apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, nº I, III, IV e V do Código Civil.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavró o presente para ser afixado em CARTÓRIO no lugar de costume e publicado no DJE Diário da Justiça Eletrônico, site: www.tjmt.jus.br, ALTA FLORESTA/MT, 04/08/2021, Bel. Rosélia de Souza Campos Maruo, Oficiala Interina.

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11391, ROSÉLIA DE SOUZA CAMPOS MARUO, Oficiala Interina do Registro Civil deste Município e Comarca de ALTA FLORESTA, Estado de MATO GROSSO, faz saber que pretendem casar:

RICARDO YUKIO YAMASHITA, natural de FORMOSA DO OESTE, Estado do PARANÁ, nascido em 06 de abril de 1974, de profissão médico veterinário, estado civil solteiro, residente e domiciliado na Rua Paulo Freire nº 206, Residencial Universitário, Alta Floresta/MT, filho de ANTONIO MASSAO YAMASHITA, brasileiro, casado, agropecuarista, natural do Estado de São Paulo, nascido em 28/09/1946, residente e domiciliado nesta Cidade de Alta Floresta/MT e de VITÓRIA MINAKO TOZAKI YAMASHITA, brasileira, casada, do lar, natural do Estado do Paraná, nascida em 06/02/1949, residente e domiciliada nesta Cidade de Alta Floresta/MT.

ELAINE AMORESÍ, natural de COLÍDER, Estado de MATO GROSSO, nascida em 02 de setembro de 1987, de profissão do lar, estado civil divorciada, residente e domiciliada na Rua Paulo Freire nº 206, Residencial Universitário, Alta Floresta/MT, filha de CARLOS AMORESÍ, brasileiro, casado, comerciante, natural do Estado do Paraná, nascido em 04/11/1960,